

A violência escolar: uma reflexão possível e necessária nas escolas municipais de Curitiba



foto: Raro de Oliveira

O presente trabalho pretende discutir a questão da violência escolar, e de que forma vem se dando tal problemática na prática pedagógica. No entanto, percebe-se a necessidade de construir uma reflexão mais aprofundada e sistematizada sobre esta questão, no intuito de atingir a categoria dos profissionais da educação e chamar a atenção para este assunto tão amplamente debatido atualmente em congressos, seminários, simpósios e encontros de educação de uma forma geral.

Pode-se constatar a preocupação da Secretaria Municipal da Educação (SME), na Semana de Estudos Pedagógicos/2005, sobre a temática da violência nas escolas com a palestra proferida pela Professora, socióloga e vice-coordenadora do Observatório de Violências nas Escolas no Brasil, Miriam Abramavoy, da Universidade de Brasília e pesquisadora da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). A pesquisadora trouxe contribuições relevantes aos profes-

sores com dados da pesquisa chamada "Vitimização nas Escolas: Clima Escolar, Roubos e Agressões Físicas". Mostrou que, entre cadeiradas, roubos e um clima de insegurança, a escola pública brasileira está longe de ser um espaço democrático e igualitário.

Neste sentido, há necessidade em se abordar o tema sobre violência, devido à falta de esclarecimentos e a utilização dos termos empregados, que perpassam no contexto escolar. O conceito de violência é

abordado por meio de diferentes perspectivas por diversos autores. Em Latim tem-se *violentia, violentus*, que significa violência. A categoria violência "encerra leituras diferenciadas que incorporam práticas inteiramente diversas, segundo o grupo ou classe social (...) não existe uma violência, mas violências que devem ser entendidas em seus contextos e situações particulares". (BRITTO, 1994, p. 150)

Cabe ressaltar que o papel da universidade não pode ser o de simples denúncia ou crítica das propostas educacionais existentes nas redes de ensino. A função é a de apontar os limites e possibilidades a serem viabilizados no ensino público em busca de uma educação de melhor qualidade.

A questão fundamental posta para educadores é justamente como tal situação de violência vem tomando rumo desconhecido sem apontar as causas dos problemas num contexto social. O fenômeno da violência não deve ser confundido somente no âmbito das relações sociais, pois neste caso, pode-se cair no erro de considerar a violência um fato espontâneo, presumível, e, também visto como um comportamento natural.

O cotidiano escolar precisa fazer uma leitura adequada, visto que é também nas escolas que se reflete parte dos problemas enfrentados pela sociedade como: as desigualdades econômicas, problemas de ordem social e crise de valores familiares, gerando desequilíbrios que perturbam a convivência na vida escolar. Neste sentido, se faz importante compreender os conceitos existentes a partir da década de 90, sobre o fenômeno da violência o qual tem desencadeado apreensão no sistema educacional, considerado um obstáculo ao trabalho pedagógico.

Segundo Abramovay, baseando-se em Debarbieux (1996) e Charlot (1997), existem diferentes modalidades de violência as quais se fazem presentes no ambiente escolar, entre elas: 1) a violência física, que consiste em ferimentos, roubos, golpes, vandalismo, tráfico e uso de drogas, violência sexual, homicídios e crimes de uma forma geral; 2) a violência simbólica ou institucional, que se revela nas relações de poder, como por exemplo, na violência verbal entre professores e alunos. Ela é tecida através de um poder que dissimula as relações de força assumindo um viés conivente e autoritário, portanto não se nomeia; 3)

as microviolências (as incivildades) caracterizam-se pelas humilhações e falta de respeito. As incivildades, muitas vezes invisíveis aos olhos das pessoas que estão no dia-a-dia da escola, podem ferir profundamente, pois mexe com a auto-estima das vítimas fomentando um sentimento de insegurança. Este quadro de insegurança se reflete nas relações interpessoais do aluno, do professor ou dos participantes do contexto escolar, revertendo negativamente na qualidade estabelecida entre os grupos sociais. Assim,

As incivildades são, em suma, atos que rompem as regras elementares da vida social; o que inclui as pequenas delinquências, a insensibilidade em relação aos direitos do outro, os quais, apesar de se darem no nível micro da vida em sociedade, quebram o pacto social de relações humanas e as regras de convivência. (Abramovay e Avancini)

Na França, durante a década de 90, a violência escolar tornou-se tema de debate público e, a partir dessa data, vem sendo tratada enquanto fenômeno interno à escola, que adquire a forma de incivildade, a qual consiste em atos e comportamentos que quebram o pacto social de relações humanas e as regras de convivência, numa referência à inversão das condições que definiram o processo civilizatório.

Elias (1973) considera três constatações principais quanto à inversão das condições que definiram o processo civilizatório: a primeira é de que a violência deriva em parte da incapacidade atual da escola em fundar um modelo de ordem, operacional e adequada com as mudanças históricas promovidas nos últimos anos. Atualmente as propostas viabilizadas no interior das escolas pelos profissionais visam à minimização de conflitos, mas sem discussão aprofundada da temática na sua totalidade. A segunda, que as pessoas que fazem parte da dinâmica escolar, possam sistematizar a construção de regras comuns referentes à como se comportar em sociedade, dentro de um padrão de respeito mútuo. E a última seria com relação que confusão existente em construir a forma de um conflito aberto e motivado, porque é dominado pelo medo que vai desencadear formas de autodestruição, que invadem a cultura da violência no universo escolar.

A obra de Norbert Elias assume na

França, à luz desse tema, as condições enunciadas que retrataram os problemas existentes no contexto escolar, bem como, elementos de civilidade que estão ausentes ou em crise nas relações sociais. A relação social vem se dando no ambiente escolar, onde as regras são impostas de forma extremamente autoritária, a fim de possibilitar uma estabilidade emocional e social, e que acabam em manifestações de incivildade que perpassam a sociedade.

No sentido de aprofundar melhor a questão do processo de incivildade, conceito usado nas pesquisas francesas e em escolas norte-americanas, recorre à leitura de Debarbieux, (2002) "a incivildade que ocorre nas escolas não deve ser pensada em termos de uma confrontação entre o "bárbaro e o civilizado". A incivildade não é falta de civilização e tampouco" falta de educação".

A questão da incivildade, vivida e testemunhada tem impacto direto e indireto no processo educativo nas escolas. Logo, as relações entre os alunos e dos alunos com as equipes de professores, geram um quadro de instabilidade emocional e na implicação das práticas pedagógicas. A incivildade não condiz ao regimento interno das escolas, mas de regras de convivência, ou seja, estão intimamente misturadas nos comportamentos da dinâmica escolar como: grosserias, piadas de mau gosto, indiferença na produção de atividades, palavras ofensivas, desordem, empurrões, enfim, situações que atingem o clima escolar e alterem a identidade pessoal de cada sujeito.

O termo BULLYNG, também utilizado na palestra de Abramovay, compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causadora de dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Dessa forma, os atos repetidos entre iguais (estudantes) e o desequilíbrio de poder são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima.

Logo, percebe-se que para solucionar o problema, são adotadas posturas de cima para baixo, ditas civilizadas, sem a participação dos alunos nas decisões. Essa dupla codificação, do papel de professor e do papel de aluno, permanece, todavia frágil, de tal modo que ambas as partes remetem-

se a uma situação de formalização de papéis e de uma relação interpessoal, gerando assim clima de angústia e ansiedade.

A violência escolar, portanto, não pode ser considerada somente como delitos que se enquadram no código penal, ela se refere também às incivildades que quebram regras de convivência social e promovem insegurança nos ambientes escolares.

Nesse cenário, a questão da violência escolar precisa ser compreendida no contexto das relações sociais como expressão de uma cultura de dominação que se manifesta, de modo particular, com negligenciamento da situação, tanto pelos profissionais da educação quanto pelos dirigentes das instituições escolares, principalmente das redes públicas, em virtude das características da clientela atendida. Ao deparar-se com uma realidade educacional com perfil de escola pública despreparada, inadequada e com aplicação

de normas excessivamente disciplinadoras, opressivas e repressoras mediante as atitudes tomadas frente às situações de violência e marginalidade por parte dos alunos, verifica-se que o quadro se agrava cada vez mais.

Nas últimas décadas tal situação gera implicações na prática pedagógica das escolas públicas mediante situações de violência, entre elas: depredações, conflitos pessoais, brigas, abuso do poder e até morte, que ocorrem em algumas realidades e são tratados como fatos isolados. Desse modo não envolvem o contexto social e suas influências sociais, econômicas, políticas e culturais. Mas nem tudo está perdido no meio do caminho, algumas conquistas foram alcançadas nesta trajetória.

De acordo com Grandino (2001), contamos com quase quinze anos de conquistas importantes na área da infância e juventude, que marcaram nova relação

entre adultos, crianças e jovens na história recente do Brasil. Nesse período, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, é um marco divisor no paradigma de atendimento. Em contrapartida, a autora afirma que as ações nessa área, em nosso país, sempre estiveram marcadas pela repressão ou assistencialismo compensatório, onde se atribuía às crianças e jovens, o papel de objeto de ação das instituições e profissionais a elas ligados. A partir da década de oitenta, a diferença fundamental creditada aos movimentos de defesa foi a revisão do conceito de infância e juventude, passando a percebê-los como sujeitos de direitos, bem como a horizontalidade que passou a apresentar-se como requisito nas relações entre adultos e jovens, em oposição à verticalidade do modelo anterior.

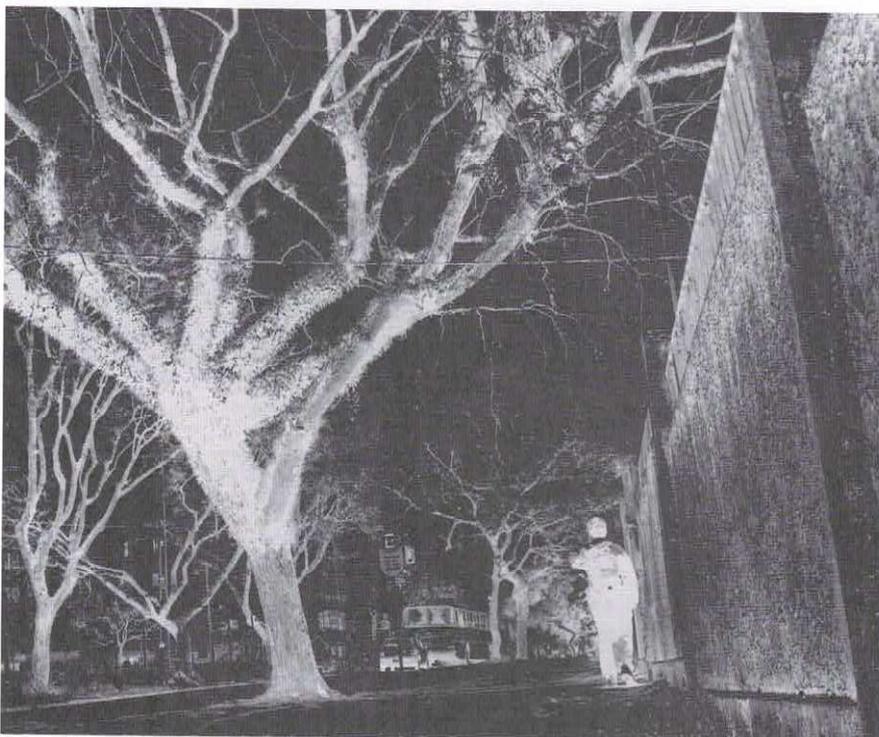
A escola, portanto, pode e deve promover a construção de valores, estimular virtudes que primam pelo bem estar social da humanidade, propiciando interações onde a comunidade escolar participe ativamente de atividades, que são desenvolvidas no seu interior. Mas é preciso planejar situações nas quais haja um aprendizado de fato, é importante que haja o confronto de diferentes pontos de vista, para que o grupo possa crescer e transformar as suas práticas educativas.

Os termos *violência* e *indisciplina* apresentam diferenças em suas conceituações os quais necessitam de espaços de discussão no ambiente escolar de discussões tendo em vista a construção de ações a serem viabilizadas no projeto de escola. Esperamos também, que este trabalho estimule a discussão e a reflexão, para construção de práticas pedagógicas voltadas a um projeto de cidadania.

Dessa forma, ao considerar a construção de um projeto civilizatório em que todos os envolvidos da comunidade escolar sejam representados com o objetivo de discutir novas propostas e que atendam às necessidades de acordo com a realidade educacional de cada escola é de extrema relevância.

Atualmente, no adentrar em um novo século, a escola, inevitavelmente, se vê ameaçada por este problema em seu contexto escolar, o qual ultrapassa a situação de normalidade dos fatores ocorridos acerca da escola pública. Surgem medidas preventivas implementadas como o

a questão da violência escolar precisa ser compreendida no contexto das relações sociais como expressão de uma cultura de dominação que se manifesta, de modo particular, com negligenciamento da situação, tanto pelos profissionais da educação quanto pelos dirigentes das instituições escolares, principalmente das redes públicas, em virtude das características da clientela atendida



“Programa Comunidade Escola” que é uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a população de Curitiba, que valoriza a escola como espaço aberto de conhecimento, e objetiva promover projetos educativos para o desenvolvimento da comunidade Escolar. Neste enfoque, o projeto tem como objetivo norteador desenvolver ações preventivas e sócio-educativas que contribuam para redução dos índices de violência, esta situada num panorama assustador, caracterizada pelo medo e desespero social presentes nos diversos segmentos da comunidade escolar. O programa “Abrindo Espaços”, no qual as escolas ficam abertas nos fins de semana para toda a comunidade realizar, dentro de seu espaço, os mais diversos tipos de atividades culturais, adotado pelo MEC para ser um programa nacional e está sendo aplicado em alguns estados com grande êxito. Mesmo assim, a grande recomendação a ser feita é de que haja um projeto globalizante contra a violência nas escolas, pois este diz respeito à sobrevivência de alunos em convívio social e à auto-estima pessoal, a qual interfere, significativamente, na aprendizagem.

Assim, acredita-se que o caminho para o êxito, ou pelo menos a abertura para tal, está em oportunizar aos professores, pais, alunos e funcionários, a reflexão e compreensão das distinções conceituais existentes entre violência escolar e indisciplina, visto que ambas interferem no andamento das atividades em sala e comprometem a organização do trabalho pedagógico. Em linhas gerais, a escola precisa propor espaços e alternativas para a resolução dos conflitos intra e interpessoais, buscando formas saudáveis de lidar com as contradições. A valorização do diálogo, o envolvimento dos educadores, e a aprendizagem como trabalho principal da escola, aponta a visibilidade de esforços concretos na prevenção à violência na escola e fora dela. E mais, estudos recentes apontam para o fato de que quando a comunidade está presente na escola tomando decisões, gerindo e participando, os índices de violência, vandalismo e insegurança são menores.

A questão da violência precisa ser discutida num projeto de mediação escolar, ou seja, necessário se faz que as escolas tenham pais, professores e alunos agindo como mediadores de conflitos. Espanta

saber que a violência mais comum não acontece com armas, mas se dá, nas simples relações do cotidiano que são negadas a esses alunos, visto que a impressão que se tem é que a escola faz “política de avestruz”² — finge que nada está acontecendo.

Direitos ao convívio social, à segurança e até mesmo à vida estão sendo negligenciados, justamente por um dos setores sociais que mais deveria assegurá-los. E como afirma Adorno (1999):

Enquanto nós não pensarmos a vítima como uma categoria social e continuarmos a centrar a situação no indivíduo, vamos prosseguir imaginando a vítima como alguma coisa a ser vingada e não como, por exemplo, uma vida que foi retirada e que tem um custo social, que tem implicações no destino de uma família... O grande desafio é este: as pessoas estarem convencidas de que precisamos, na verdade, de uma sociedade justa, uma sociedade que proteja as pessoas. E proteção é uma coisa que tem inúmeras implicações e responsabilidades.

- 1 Pedagogas de Escolas Municipais de Curitiba, Especialistas em Organização do Trabalho Pedagógico pela UFPR e Mestrandas em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná.
- 2 termo usado na palestra proferida pela Miriam Abramavoy, sendo algo que não pretende ser discutido na sua íntegra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M.; Rua M. G. *Violências nas Escolas*. Brasília; UNESCO. Pg. 157 a 166.
- ADORNO, S. *Mergulho teórico e prático na chaga social e moral da violência*. Entrevista. Médicos. Ano II n. 8, maio/junho, 1999.
- BRITTO, R. C. C. LAMARÃO, M. L. *Criança, violência e cidadania*. Belém: Unama, 1994.
- CHARLOT, B. *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. Porto Alegre, ano 4, n° 8, jul./dez, 2002, p.435.
- CARDIA, N. *A violência urbana e a escola*. Revista Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, IEC, ano II, n° 2, 1997.
- DAMKE, A. S; ESPER, M. C. E. *Violência e Indisciplina: Uma reflexão na década de 90*. In: *Congresso Brasileiro de Educação e Cidadania, 2005*, Curitiba.
- DEBARBIEUX, E. *Violência nas escolas: dez abordagens européias*. Brasília: UNESCO, 2002.
- ELIAS, N. *La civilisation des moeurs*. Paris, Calmann, Levy, 1973.
- FORTUNA, T. R. *Indisciplina escolar: da compreensão à intervenção*. In: Xavier, M. L. (Org.). *Disciplina escolar: enfrentamentos e reflexões*. ed. Mediação: Porto Alegre, 2002.
- GRANDINO, P. J. *Violências na escola e a dignidade dos sujeitos*. Eccos. Cultura e Identidade. São Paulo, 2001.